



Técnico-Administrativo em Educação



Administrador

INSTRUÇÕES GERAIS AOS CANDIDATOS

1. Confira se este boletim contém 40 questões.
2. Verifique se não há imperfeições gráficas. Caso exista algum problema, comunique imediatamente ao fiscal.
3. Confira se seu nome e o seu número de inscrição constam na Folha de Respostas. Não a dobre e nem a amasse.
4. Assine sua Folha de Respostas, conforme a assinatura que consta no seu documento de identidade.
5. Esta prova terá duração máxima de 4 horas.
6. Para preenchimento da Folha de Respostas, você deverá utilizar caneta esferográfica azul ou preta.
7. Você deverá, obrigatoriamente, devolver todo o material desta prova ao fiscal.

ATENÇÃO:

- ✓ **Preencha somente uma resposta por questão.**
- ✓ **Mais de uma marcação anulará a questão.**

Assinatura do Candidato: _____ . N° inscrição: _____ .

GABARITO

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.
11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.
21.	22.	23.	24.	25.	26.	27.	28.	29.	30.
31.	32.	33.	34.	35.	36.	37.	38.	39.	40.

LÍNGUA PORTUGUESA

Para resolver as questões que seguem, tome como referência o texto intitulado **Sobre esquimós e larápios** de Roberto Civita, publicado na Revista Veja de 31 de Dezembro de 2008.



Roberto

Civita

Sobre esquimós e larápios

Dizem que os esquimós têm 32 diferentes palavras para descrever a neve, elemento onipresente em sua vida. Não sei quantas temos, no Brasil, para falar de desonestidade, mas — para início de conversa — além de ladrão e corrupto, me ocorrem meliante, gandaia, bandalheira, larápio, picareta, maracutaia, batedor de carteira, gatuno, trambicagem, safadeza, bandido e malandro.

Curiosidades etimológicas à parte, isso certamente confirma que a questão vem de longe, e que não por acaso permeia a vida e a língua que hoje une mais de 180 milhões de brasileiros.

Um bom sinônimo de desonesto é indigno. E servidor do povo indigno não pode e não deve escapar incólume

É evidente que a desonestidade não é um fenômeno nativo nem recente. Existe desde que os homens desenvolveram o conceito da honestidade e seu oposto e se encontra em todas as culturas e línguas desde o início da civilização — inclusive nas leis e religiões que há tantos milênios visam a reprimi-la e puni-la.

É aí que fico fascinado com o que me parece ser uma das principais e mais urgentes questões da nossa vida pública: a impunidade. Pois, se é verdade que na vida real somos todos permanentemente tentados a cometer uma ou outra desonestidade, é também verdade que a grande maioria consegue resistir às tentações correspondentes por uma mistura de ensinamentos, princípios éticos ou religiosos e — certamente — receio de alguma punição.

Como múltiplas reportagens de VEJA e tantos outros veículos vêm mostrando

ao longo do tempo, o que diferencia o Brasil dos países mais avançados e desenvolvidos do planeta não é o número de casos em que nossos governantes desviam recursos públicos ou se aproveitam de seu cargo para obter vantagens ilícitas. Isso, infelizmente, parece ser uma constante planetária. O que varia muito de um país para outro é o que acontece aos transgressores quando descobertos. É o que lhes acontece em seguida.

A progressiva — e muito bem-vinda — institucionalização do país vem resultando em crescente número de investigações e denúncias nessa frente por parte da Polícia Federal, do Ministério Público e da grande imprensa. Mas o que vem acontecendo em seguida? As ações entre amigos no âmbito legislativo, o corporativismo, o nosso tortuoso sistema jurídico e os intermináveis recursos de muitos competentes e bem remunerados advogados vêm se juntando para frustrar praticamente todas as tentativas de punir os governantes que — em todos os níveis da vida pública nacional — abusam da sua autoridade, traíndo a confiança dos seus eleitores, desviando recursos públicos e se locupletando impunemente.

Sei que é virtualmente impossível esperar que todos os nossos prefeitos, vereadores, deputados, senadores, governadores e outros dirigentes políticos sejam íntegros e dedicados apenas à boa gestão da coisa pública e ao bem comum. É exatamente por isso que urge acelerar as mudanças indispensáveis para garantir que todos os que violarem a lei sejam não apenas julgados e condenados, mas — quando assim for determinado — que também passem a cumprir sua pena na prisão. Pois um bom sinônimo de desonesto é indigno. E servidor do povo indigno não pode e não deve escapar incólume.

Somente quando virmos cada vez mais corruptos atrás das grades é que poderemos finalmente festejar o fim da impunidade que tantos males tem trazido ao país.

ROBERTO CIVITA
é presidente da Editora
Abel e editor de VEJA

QUESTÃO 1

Sobre o título do texto e sua relação com as discussões tecidas pode-se dizer que:

- (a) O título permite inferir de modo claro os sentidos contidos no decorrer de toda as discussões apresentadas pelo autor.
- (b) O título sugere uma comparação entre um vocábulo fundamental e positivo na vida dos esquimós e que, por isso mesmo, apresenta variado campo semântico, e outro vocábulo que, aos brasileiros, ao contrário por ser negativo, precisaria ser ressignificado.
- (c) O título não guarda nenhuma relação com a discussão feita.
- (d) O título do texto serviu apenas para chamar a atenção do leitor, mas pouco se relaciona com o tema tratado.
- (e) O título é construído por dois termos que se opõem.

QUESTÃO 2

O autor do texto tece suas discussões sobre uma temática que, segundo ele:

- (a) É um fenômeno exclusivamente do Brasil.
- (b) É um fenômeno mais fortemente presente em países emergentes.
- (c) Ocorre em países cujo povo é também conivente.
- (d) É um fenômeno bem mais complexo, pois se apresenta em todas as culturas desde muito tempo na história dos povos.
- (e) É um fenômeno aceitável porque se apresenta até nas escrituras e leis.

QUESTÃO 3

A leitura do trecho em destaque: “Um bom sinônimo de desonesto é indigno. E servidor do povo indigno não pode e não deve escapar incólume”, sugere a compreensão de que:

- I - Não somente os políticos, mas qualquer servidor público desonesto não é digno de servir ao povo.
- II - As pessoas que ocupam cargos públicos, quando desonestas, precisam ser punidas.
- III- Ser desonesto é não ter dignidade para representar o povo.

Está (ão) correta(s) apenas:

- (a) I.
- (b) II.

- (c) III.
- (d) I e II.
- (e) Todas estão corretas.

QUESTÃO 4

É possível verificar no decorrer dos argumentos do autor que:

- (a) A impunidade se apresenta como o motor principal da desonestidade, já que o que impede muitos de ser desonestos é a possibilidade da punição.
- (b) A impunidade é a única causa da desonestidade.
- (c) A impunidade é uma questão urgente em nossa sociedade já que, segundo o autor, somente com ela se extinguiria a corrupção do mundo.
- (d) A impunidade é uma questão urgente porque é com sua eficiência que a desonestidade deixará de existir.
- (e) Na vida real, todos cometem desonestidades sem ser punidos.

QUESTÃO 5

Quando no texto o autor explica que “o que diferencia o Brasil dos outros países é o que acontece em seguida”, permite compreender que:

- (a) Infelizmente no Brasil as punições são brandas demais e logo em seguida os transgressores voltam a cometer crimes.
- (b) O sistema jurídico brasileiro permite intermináveis recursos em favor dos desonestos sendo a principal causa da manutenção da desonestidade.
- (c) As ações entre amigos no legislativo é o que mais alimenta a corrupção no Brasil.
- (d) Um conjunto de fatores éticos, jurídicos, por exemplo, contribuem para que no Brasil os crimes, sobretudo, os da esfera política não sejam punidos.
- (e) No Brasil as investigações sobre corrupção, embora sejam feitas não apresentam resultados positivos.

QUESTÃO 6

No ponto inicial do texto verifica-se que o autor lança mão de um recurso da língua denominado de:

- (a) Sinonímia.
- (b) Antonímia

- (c) Onomatopéia.
- (d) Silepse.
- (e) Metáfora.

QUESTÃO 7

Na construção do texto o autor utiliza dois termos (incólume e locupletando) que não são muito comuns no uso diário, mas no contexto em que estão inseridos é possível inferir que seus sentidos correspondem à, respectivamente:

- (a) ileso e enriquecendo.
- (b) beneficiando e impune.
- (c) livre e aproveitando.
- (d) tranqüilo e usufruindo.
- (e) indiferente e desenvolvendo.

QUESTÃO 8

Considere o trecho “Sei que é virtualmente impossível esperar que os nossos prefeitos, vereadores, deputados, senadores, governadores e outros dirigentes políticos sejam íntegros e dedicados apenas à boa gestão da coisa pública e ao bem comum” e marque a alternativa CORRETA.

Pode-se dizer que o trecho sugere:

- (a) Uma visão pessimista em relação à possibilidade de mudanças da realidade de todo o mundo.
- (b) Uma compreensão objetiva e sem ilusões da realidade do Brasil.
- (c) Que o autor acha que o país não tem jeito e que todos os políticos são corruptos, visto que em nenhum momento eles se dedicam a governar com integridade.
- (d) Que o autor é otimista em relação às mudanças sobre a questão da corrupção no Brasil.
- (e) Que o autor não acredita em políticos e não crê que seja possível desenvolver uma boa gestão pública.

QUESTÃO 9

O autor, no decorrer do texto, usa tanto o discurso em 1ª pessoa do singular como em “É aí que fico fascinado com o que me parece ser(...)” e “Sei que é virtualmente impossível (...)” como também a 1ª pessoa do plural como em “Pois, se é

verdade que na vida real somos todos (...)” e “Somente quando virmos cada vez mais corruptos atrás das grades (...)”

Sobre a flutuação dessas pessoas verbais pode-se afirmar que:

- (a) Nos usos da 1ª pessoa do singular, o autor apresenta o seu próprio discurso e nos usos da 1ª pessoa do plural expõe apenas o discurso alheio.
- (b) Tanto nos usos da 1ª pessoa do singular, como nos usos da 1ª pessoa do plural o autor marca seu ponto de vista.
- (c) O que diferencia a 1ª pessoa do singular da 1ª pessoa do plural é somente a desinência verbal.
- (d) Qualquer que seja a pessoa verbal, a sua função será sempre a de apresentar o discurso do autor.
- (e) Através dos trechos acima, é correto dizer que não há diferença semântica entre a 1ª pessoa do singular e a 1ª pessoa do plural.

QUESTÃO 10

Considere o trecho abaixo para marcar a alternativa correta:

“Isso, infelizmente, parece ser uma constante planetária”.

- (a) A expressão adverbial “infelizmente” denota a opinião do autor sobre a política do Brasil.
- (b) O termo “isso” tem como referente o comportamento dos políticos e governantes do país.
- (c) O trecho permite inferir que a corrupção e a impunidade são características próprias do Brasil.
- (d) O emprego das vírgulas isolando a expressão “infelizmente” demonstra que este termo não pode ser deslocado para outra posição na sentença.
- (e) O uso do adjetivo “planetária” demonstra que a impunidade é comum em todo o planeta.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÃO 11

Em relação ao backup, das opções seguintes, assinale aquela que contém apenas dispositivos adequados ao seu acondicionamento:

- (a) Fita DAT, DVD-ROM, Pendrive e No-break.
- (b) DVD-ROM, Pendrive, No-break e CD-ROM.

- (c) DVD-ROM, CD-ROM, Pendrive e Fita DAT.
- (d) No-break, DVD-ROM, CD-ROM e Fita DAT.
- (e) Pendrive, No-break, CD-ROM e Fita DAT.

QUESTÃO 12

A Área de Transferência é um recurso do sistema operacional Windows disponível nos aplicativos Word, Excel, entre outros, para:

- (a) Troca de dados através dos comandos Copiar e Colar.
- (b) A comunicação de dados da Internet.
- (c) A Troca Dinâmica de Dados entre aplicativos.
- (d) A conversão de formatos utilizada pelos comandos Exportar e Importar.
- (e) A formatação de disquetes e discos rígidos.

QUESTÃO 13

Atualmente estão disponíveis várias tecnologias para acesso à Internet, algumas de alta velocidade e outras de menor velocidade.

Dentre elas, a tecnologia que utiliza a linha telefônica tradicional para acesso é conhecida como:

- (a) Intranet, com Cable-modem de até 56K.
- (b) Banda Larga, com transcodificador de alta velocidade.
- (c) Multi-Modo, com transmissão de ondas de rádio via cabo telefônico.
- (d) Internet Rápida, com fibra ótica de alta velocidade.
- (e) Conexão Discada, com modem de até 56K.

QUESTÃO 14

Considere uma planilha cujas células C1, D1 e E1 contenham valores numéricos. Considere a célula A1 que recebe a fórmula "**=MÉDIA (C1:E1)**".

Com base nessas informações, a célula A1 recebe a média:

- (a) Geométrica da primeira coluna das linhas C, D e E.
- (b) Aritmética da primeira linha das colunas C, D e E.
- (c) Aritmética da primeira linha das colunas C e E.
- (d) Geométrica da primeira linha das colunas C e E.
- (e) Aritmética da primeira coluna das linhas C e E.

QUESTÃO 15

Na impressão de um arquivo no Word 2000, para que sua impressão seja fiel às margens visualizadas, é necessário clicar em opções na janela imprimir e:

- (a) Ativar a opção "atualizar campos".
- (b) Desativar a opção "impressão em segundo plano".
- (c) Ativar a opção "permitir ajuste de A4/carta".
- (d) Desativar a opção "permitir ajuste de A4/carta".
- (e) Desativar a opção "atualizar campos".

MATEMÁTICA

QUESTÃO 16

Uma determinada fábrica disponibiliza duas opções de pagamento: **à vista**, com 30% de desconto e em **duas prestações** mensais iguais, sem desconto, a primeira sendo paga no ato da compra.

Desta forma, pergunta-se: qual é a taxa mensal dos juros colocados na opção a prazo?

- (a) 0,15%.
- (b) 1,5 %.
- (c) 15%.
- (d) 150%.
- (e) 1500%.

Espaço para Cálculo

QUESTÃO 17

Um carro, cujo valor à vista é R\$ 25.000, 00, é vendido em três prestações mensais iguais, antecipadas, ou seja, a primeira é paga no ato da compra.

Se os juros são de 2% ao mês, qual é o valor aproximado das prestações?

Sugestão use:

$$25000:1,02=24510; 1,02^{-3} = 0,942 .$$

- (a) R\$ 8451,72.
- (b) R\$ 8550,00.
- (c) R\$ 8400,00.
- (d) R\$ 8333,33.
- (e) R\$ 8300,00.

Espaço para Cálculo

QUESTÃO 18

Um vazamento de um cano que passa água goteja 14 vezes a cada 40 segundos.

Então quantas gotas de água vazam em 1h20min?

- (a) 42.
- (b) 168.
- (c) 420.
- (d) 1680.
- (e) 4200.

Espaço para Cálculo

QUESTÃO 19

Uma casa é feita em 240 dias por 32 trabalhadores. Se o número de trabalhadores for elevado para 40, o número de dias necessários para a construção da mesma casa é de:

- (a) 60.
- (b) 64.
- (c) 90.
- (d) 192.
- (e) 300.

Espaço para Cálculo

QUESTÃO 20

Na UNIFAP, 16 funcionários produzem 4000 provas, trabalhando 16 horas por dia durante 10 dias. O número de funcionários necessários para que esta instituição produza 12000 provas em 30 dias, trabalhando 8 horas por dia, é de:

- (a)32.
- (b)16.
- (c) 8.
- (d) 6.
- (e) 4.

Espaço para Cálculo

ADMINISTRAÇÃO

QUESTÃO 21

A Administração Pública pode classificar-se em Administração Pública em sentido objetivo, e Administração Pública em sentido subjetivo.

No que diz respeito à afirmativa acima, considere as assertivas abaixo:

I. Administração Pública em sentido subjetivo refere-se às atividades exercidas pelas pessoas jurídicas tais como órgãos e agentes incumbidos de atender concretamente às necessidades coletivas.

II. Administração Pública em sentido objetivo refere-se aos órgãos integrantes das pessoas jurídicas políticas (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), aos quais a lei confere o exercício de funções administrativas.

III. Administração Pública em sentido objetivo é a atividade administrativa executada pelo Estado, por seus órgãos e agentes, com base em sua função administrativa. Em síntese, é a gestão dos interesses públicos, por meio de prestação de serviços públicos.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- (a) I.
- (b) II.
- (c) III.
- (d) I e II.
- (e) II e III.

QUESTÃO 22

Administração ou gestão pública é o conjunto de órgãos, serviços e agentes do Estado, bem como das demais pessoas coletivas públicas, como as autarquias locais que asseguram a satisfação das necessidades coletivas variadas (segurança, educação, cultura, saúde e bem estar das populações). Neste sentido, tais atividades são desenvolvidas por servidores públicos. A Lei que institui o Regime Jurídico dos servidores civis da União, das Autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais é a:

- (a) Lei 9515/1997.
- (b) Lei 11.417/2006.
- (c) Lei 8112/1990.

- (d) Lei 9.784/1999.
- (e) Lei 9527/1997.

QUESTÃO 23

É correto afirmar que os servidores públicos civis da União na Administração Pública possuem Regime Jurídico específico, em consonância com princípios constitucionais e outras determinações legais. O servidor público deve ser a pessoa legalmente investida em cargo público. Desta forma, o Art. 5º da Lei 8112 apresenta os requisitos básicos para investidura em cargo público.

Observando o texto acima acerca da investidura em cargo público, assinale a alternativa INCORRETA relacionada aos requisitos básicos:

- (a) Ter a idade mínima de 21 anos.
- (b) Estar quite com as obrigações militares e eleitorais.
- (c) Apresentar o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.
- (d) Ser de nacionalidade brasileira.
- (e) Aptidão física e mental.

QUESTÃO 24

O princípio da publicidade na Administração Pública consiste:

- (a) Na obrigatoriedade da Lei, como regente e delimitadora da atuação da Administração Pública.
- (b) Em que todos os atos emanados pela Administração Pública devem ser tornados públicos.
- (c) Na preocupação do Estado em cumprir as tarefas estabelecidas pela legislação com qualidade, perfeição e celeridade.
- (d) No raciocínio de que o comportamento da Administração Pública, além de se ater à licitude, deve demonstrar-se honesto, ético, razoável, em consonância com os valores impostos pela mediania de nossa sociedade.
- (e) Na proporcionalidade entre os meios de que se utiliza a Administração Pública e os fins que ela tem que alcançar.

QUESTÃO 25

Tendo em vista as penalidades disciplinares no serviço público, analise as situações abaixo:

I. Gustavo Vieira, agente administrativo, praticou ato de insubordinação grave em serviço no local onde é servidor público.
II. Sônia Nascimento, técnica em assuntos educacionais, ausentou-se do local em que prestava serviço, durante o seu expediente, para tratar de assuntos particulares, sem prévia autorização de Priscilla Martinez, sua chefe imediata. Em razão disso, sofreu pena de advertência. Após alguns dias, Sônia Nascimento reiterou a mesma conduta de ausência sem autorização.

Diante de tais situações hipotéticas, os servidores públicos Gustavo e Sônia estão sujeitos, respectivamente, às penalidades de:

- (a) Demissão e suspensão até 90 (noventa) dias, de regra.
- (b) Advertência e suspensão por 180 (cento e oitenta) dias.
- (c) Demissão e reiteração de advertência.
- (d) Repreensão por escrito e disponibilidade.
- (e) Multa na base de 60%(sessenta por cento) por dia de vencimento e suspensão por 180 (cento e oitenta) dias.

QUESTÃO 26

Entre os Princípios constitucionais da Administração Pública direta e indireta, assinale o que se refere à **finalidade pública**, como elemento essencial de validade do ato administrativo.

- (a) legalidade.
- (b) moralidade.
- (c) impessoalidade.
- (d) razoabilidade.
- (e) hierarquia.

QUESTÃO 27

Quanto à remoção do servidor público federal, analise as assertivas abaixo:

I. Entende-se por modalidade de remoção quando for a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração.

II. Entende-se também por modalidade de remoção quando for de ofício, no interesse da Administração.

III. A cessão do servidor para ter exercício em outro órgão ou entidade pública é um dos requisitos para o ato de remoção.

IV. O retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado é uma das características do ato de remoção.

Pode-se considerar CORRETAS APENAS o que se afirma em:

- (a) I e II.
- (b) I e III.
- (c) I e IV.
- (d) II e IV.
- (e) III e IV.

QUESTÃO 28

O Plano de Seguridade Social visa a proporcionar cobertura aos riscos a que estão sujeitos o servidor público e sua família, e compreende um conjunto de benefícios e ações que atendam às seguintes finalidades: I - garantir meios de subsistência nos eventos de doença, invalidez, velhice, acidente em serviço, inatividade, falecimento e reclusão; II - proteção à maternidade, à adoção e à paternidade; III - assistência à saúde.

Desta forma, é INCORRETO afirmar que os benefícios, QUANTO AO DEPENDENTE, do Plano de Seguridade Social do servidor compreende:

- (a) Auxílio-natalidade;
- (b) Auxílio-reclusão;
- (c) Assistência à saúde.
- (d) Auxílio-funeral;
- (e) Pensão vitalícia e temporária;

QUESTÃO 29

A espécie organizacional da Administração Pública Indireta que deve ter um patrimônio dotado de personalidade jurídica para a consecução de um fim social, considerando que sua criação depende de prévia autorização definida em lei, é uma:

- (a) Fundação pública.

- (b) Autarquia.
- (c) Sociedade de economia mista.
- (d) Empresa pública.
- (e) Empresa pública e sociedade de economia mista.

QUESTÃO 30

E INCORRETO afirmar que a vacância do cargo público decorrerá por:

- (a) Exoneração.
- (b) Motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional.
- (c) Posse em outro cargo inacumulável.
- (d) Aposentadoria.
- (e) Falecimento.

QUESTÃO 31

Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

- I. Indenizações.
- II. Gratificações .
- III. Adicionais.

Está CORRETA a alternativa

- (a) O único item correto é o III.
- (b) Estão corretos apenas os itens II e III.
- (c) Estão corretos apenas os itens I e II.
- (d) O único item correto é o II.
- (e) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 32

Considerando a Lei 9784/99, é CORRETO afirmar que, dentre outras situações, os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

- (a) Neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses.
- (b) Não decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública;
- (c) Não importem anulação, revogação, suspensão ou não convalidação de ato administrativo.
- (d) Não decorram de reexame de ofício.

- (e) Não decidam recursos administrativos.

QUESTÃO 33

Com relação à legislação que regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é CORRETO afirmar que são legitimados como interessados no processo administrativo:

- (a) Pessoas físicas ou jurídicas que o iniciem como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação.
- (b) As organizações e associações representativas no tocante a direitos e interesses coletivos.
- (c) Aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada.
- (d) As pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.
- (e) Todas as alternativas estão corretas.

QUESTÃO 34

O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta, tendo em vista as regras deontológicas expressas no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. **Desta forma, é CORRETO afirmar que terá de decidir PRINCIPALMENTE entre:**

- (a) o oportuno e o inoportuno.
- (b) o legal e o ilegal.
- (c) o justo e o injusto.
- (d) o honesto e o desonesto.

QUESTÃO 35

Na administração pública a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, desde que assegurada ao acusado ampla defesa.

Com base nas assertivas abaixo, podemos afirmar que da apuração de irregularidades mediante SINDICÂNCIA poderá resultar em:

- I - Arquivamento do processo;

II - Aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;
III - Instauração de processo disciplinar.

Está (ão) CORRETA (S) APENAS a (s) assertiva(s):

- (a) I.
- (b) I e II.
- (c) I e III.
- (d) II.
- (e) I, II e III.

QUESTÃO 36

O Código de Ética do Servidor Público Federal (Decreto nº 1.171/94) estabelece, explicitamente, como dever fundamental do servidor público:

- (a) ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração ao Código de Ética de sua profissão.
- (b) exercer atividade profissional aética ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.
- (c) facilitar a fiscalização de todos os atos ou serviços por quem de direito;
- (d) prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam.
- (e) alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências.

QUESTÃO 37

De acordo com a Lei 9784/99 que regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, o processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.

Sobre isso É CORRETO afirmar que o requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito e conter os seguintes dados:

- (a) Órgão ou autoridade administrativa a que se dirige e a identificação do interessado ou de quem o represente;
- (b) Domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações;
- (c) Formulação do pedido, com exposição dos fatos e de seus fundamentos;

- (d) Data e assinatura do requerente ou de seu representante.
- (e) Todas as alternativas estão corretas.

QUESTÃO 38

O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências. Neste sentido é INCORRETO:

- (a) A intimação observará a antecedência mínima de 15 dias úteis quanto à data de comparecimento.
- (b) A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.
- (c) No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação oficial.
- (d) As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrador supre sua falta ou irregularidade.
- (e) a intimação deverá conter: identificação do intimado e nome do órgão ou entidade administrativa; finalidade da intimação; data, hora e local em que deve comparecer; se o intimado deve comparecer pessoalmente, ou fazer-se representar; informação da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento e indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes.

QUESTÃO 39

Com relação as vantagens que podem ser pagas ao servidor público, conforme dispõe a legislação em vigor, é INCORRETO afirmar que:

- (a) As vantagens pecuniárias serão computadas e de caráter acumulativo, para os efeitos de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou de idêntico fundamento.
- (b) As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento do servidor público para qualquer efeito.
- (c) As gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento do servidor público, nos casos e condições indicados em lei.

(d) Constituem indenizações ao servidor público: ajuda de custo, diárias, transporte e auxílio-moradia.

(e) As diárias serão concedidas por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, ou quando a União custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

QUESTÃO 40

Sobre as penalidades que podem ser aplicadas ao servidor público serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Neste sentido, é INCORRETO afirmar que é penalidade disciplinar:

(a) A advertência aplicada por escrito, no caso do servidor público ausentar-se do serviço durante o expediente, com prévia autorização do chefe imediato.

(b) A advertência aplicada por escrito, no caso do servidor público manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.

(c) A advertência aplicada por escrito, no caso do servidor público recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.

(d) Destituição de função comissionada.

(e) A demissão aplicada nos seguintes casos: quando o servidor público valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública e utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.